

REVISTA

NACIONAL DE SAÚDE

VOLUME 4 N.º17 • 2020

PETIÇÃO PÚBLICA: O SUS MERCE MAIS EM 2021!

A situação que se projeta para 2021 com a volta da regra da EC 95/2016 é grave. Confira, nesta edição, o panorama feito pelo CNS para o próximo ano e saiba como fazer a diferença em defesa do Sistema Único de Saúde

Frente Pela Vida

Em resposta ao descaso do governo, organizações lançam Plano Nacional de Enfrentamento à Covid-19

Eleições Municipais 2020

CNS lança Carta da Saúde Pública aos candidatos e candidatas de 2020

CNS realiza Ato Político

Evento ocorreu durante o 14º Congresso Internacional da Rede Unida com ampla participação social

Editorial

Expediente

Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Fernando Pigatto

Secretaria Executiva do CNS

Secretaria Executiva

Ana Carolina Dantas Souza

Secretário Executivo Substituto

Marco Aurélio Pereira

Mesa diretora

André Luiz, Elaine Junger Pelaez, Fernando Pigatto, Jurandir Frutuoso, Moysés Toniolo, Neilton Araújo, Priscilla Viegas, Vanja Andréia

Assessoria de Comunicação CNS

Jornalista responsável

Laura Fernandes - Registro Profissional 4583/1455/ DF

Edição

Danilo Castro, Andréia Marques, Felipe Diniz e Rodrigo Drummond

Textos

Danilo Castro, Viviane Claudino e Sarah Buogo

Fotos

Willian Barreto, Lucas dos Anjos e Ana Beatriz dos Santos

Diagramação

Denise Oliges, Tomás Fortes e Thuan Duarte

Estamos vivendo um momento atípico no mundo com a pandemia causada pelo Coronavírus. O Brasil, até o fechamento desta edição, contabiliza mais de 169 mil mortes e, diante da negligência do Estado, não podemos permitir a permanência desse quadro. Por que falo isso?

Porque, além da pandemia, estamos vivendo graves ataques à Saúde Pública, em especial desde 2016. O SUS, que tem sido peça fundamental no cuidado aos pacientes da Covid-19 e à saúde integral de todos os cidadãos e cidadãs no Brasil, teve seu orçamento prejudicado devido à EC 95, que congelou investimentos em Saúde e outras áreas sociais até 2036. Uma perda estimada em R\$ 400 bilhões durante as duas décadas de sua vigência.

Além disso, se o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2021, proposto pelo governo, for aprovado, o SUS perderá R\$ 35 bilhões emergenciais em comparação aos recursos do Ministério da Saúde (MS) em 2020, de acordo com a Comissão Intersetorial de

Orçamento e Financiamento (Cofin) do CNS. Isso quer dizer que, com menos insumos, a área da Saúde Pública ofertará menos serviços, menos transplantes, menos medicamentos, prejudicando a população, ainda mais diante da demanda represada pós-pandemia.

O CNS tem feito sua parte publicando recomendações, moções, pareceres, notas e cartas públicas às autoridades para atenuar a crise sanitária, além da necessidade permanente de revogação da EC 95/2016. Nesse contexto, é fundamental impedirmos que o PLDO 2021 seja aprovado da forma como está, com orçamento insuficiente para o próximo ano. Também estamos mobilizando as pessoas, neste período, virtualmente, para reverter essa situação.

Para isso, lançamos a petição "O SUS merece mais em 2021", pela manutenção do teto emergencial no próximo ano, que já conta com milhares de apoiadores em diferentes esferas de poder. Estamos prestes a bater a marca de 600 mil

assinaturas que vão servir para pressionar parlamentares diante do PLDO.

Nesta edição, você conhecerá os dados que subsidiam essa campanha e revisitaremos algumas das ações que nós, do CNS, realizamos ao longo de 2020. Podemos contar com a sua assinatura? Vamos juntos, em defesa do SUS, em defesa da vida. AbraSUS!



Fernando Pigatto
Presidente do CNS

Su má rio

06	Decreto n° 10.502/2020 CNS considera retrocesso decreto que estimula segregação de PCDs do ensino regular	24	Conselhos se unem pela manutenção do teto emergencial CNS e Conselhos Estaduais se reuniram virtualmente para alinhar pressão ao parlamento
08	O SUS merece mais em 2021 CNS lança petição pública para manutenção do teto emergencial	26	Vacina para todas e todos Confira a campanha que pressiona deputados a favor do Projeto de Lei n° 1462
10	Frente Pela Vida Organizações lançam Plano Nacional de Enfrentamento à Covid-19	28	Carta da Saúde Pública para as eleições Municipais CNS lança carta com conjunto de propostas e orientações aos elegíveis de 2020
14	Congresso Rede Unida CNS realiza ato político durante 14ª Edição, com ampla participação social	30	Ocupação Preta Primeira live da iniciativa aborda questão da violência e Saúde Pública para a juventude negra
16	Artigo: Por que a Participação Social deve ser elemento fundante para a tomada de decisão na esfera pública? por Fernando Pigatto, presidente do Conselho Nacional de Saúde	34	Ministro da Saúde se reúne com CNS Em reunião com a Mesa Diretora, Pazuello garantiu preservação dos recursos emergenciais
19	"O CNS é parte do SUS" Socorro Gross, representante da Opas/OMS no Brasil falou sobre a importância do colegiado durante reunião	36	CNS promove acessibilidade Durante reunião virtual, controle social na saúde garantiu presença de intérpretes de Libras
22	CNS Recomenda Entidade aprovou recomendação para adoção de medidas que garantam o acesso à imunização contra a Covid-19	38	Curso de Formação para Conselheiros de Saúde O curso visa sensibilizar conselheiros e conselheiras de saúde sobre a importância do tema inovação e acesso a medicamentos
		40	CNS e Fiocruz unidas contra o novo coronavírus As duas entidades se reuniram para definir estratégias de enfrentamento à Covid-19



CNS considera retrocesso decreto que estimula segregação de PCDs do ensino regular

Dentre outros órgãos, a recomendação do CNS é direcionada ao presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, para que anule o Decreto nº 10.502/2020

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) se posicionou em 13/10 contra o Decreto nº 10.502/2020, que institui a "Política Nacional de Educação Especial". De acordo com o controle social na saúde, as definições previstas são um "retrocesso", pois estimulam a segregação de pessoas com deficiência em espaço escolar. A recomendação do CNS é direcionada ao presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia; ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Ministério da Educação (MEC), ao Ministério Público (Federal e Estaduais) e à Defensoria Pública (da União e Estaduais).

O documento do CNS considera que o novo decreto, publicado em 30 de setembro de 2020, traz em seu escopo o risco de retrocessos na política de inclusão de pessoas com deficiência nos espaços escolares regulares, por meio do estí-

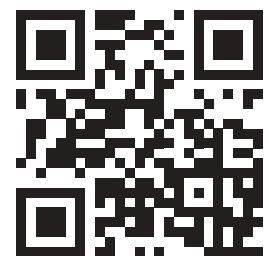
mulo à criação de espaços segregados supostamente especializados, "com a justificativa de autonomia da família em decidir pelo serviço que teoricamente melhor atenda à questão, desconsiderando que a Política Nacional de Educação Especial requer apoio, investimento e intersetorialidade, principalmente da União, e se refere ao direito fundamental do acesso à educação de pessoas com deficiência", afirma o texto.

O documento do CNS considera também os artigos 3º e 6º, da Declaração Mundial de Educação, que defendem a "universalização do acesso à educação e promoção da equidade" e que "a escola deve proporcionar um ambiente adequado para a aprendizagem e não o aluno que deve se adequar a ela", além de uma série de outros marcos legais.

A recomendação foi elaborada pela Comissão Intersetorial de

Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (Ciaspd) e também pede às Entidades e Movimentos Nacionais de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência que, pelas razões e legislações expostas na recomendação, ingressem com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o decreto junto ao STF.

Leia a recomendação na íntegra:



<https://bit.ly/3nbPzIF>



Petição Pública: O SUS merece mais em 2021!

O PL de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2021 não prevê manutenção de R\$ 35 bilhões do orçamento emergencial para o próximo ano

Estamos vivendo um contexto de calamidade pública. A Covid-19 já matou dezenas de milhares de pessoas no Brasil e continua gerando a maior crise sanitária da história do país. Em 2021, a regra do orçamento emergencial para enfrentamento à pandemia não existirá mais, ou seja, voltaremos ao sufocamento da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou investimentos em saúde e demais áreas sociais até 2036. A petição "O SUS merece mais em 2021" é uma iniciativa do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Se o PL de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) for aprovado entre deputados e senadores, o Sistema Único de Saúde (SUS) não seguirá com os R\$ 35 bilhões emergenciais em comparação aos recursos do

Ministério da Saúde em 2020, de acordo com a Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento do CNS. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2021, que tramita no Congresso Nacional, tem a proposta de retomada das regras da EC 95/2016, o que não podemos permitir, pois aprofundam o desfinanciamento progressivo do direito à saúde garantido na Constituição Federal de 1988.

A redução do orçamento é contra Constituição de 1988, as resoluções e recomendações do CNS e o processo de planejamento ascendente do SUS, estabelecido pela Lei Complementar 141/2012. Isso está em desacordo com a Lei 8.142/90, que define a participação da comunidade na gestão SUS. É mais uma vez o enfraquecimento do pacto so-

cial de bem-estar e proteção social assinado na Constituição, com a naturalização da barbárie e sem ouvir o clamor do controle social do SUS.

O CNS já demonstrou que houve perda de R\$ 22,5 bilhões a partir de 2018, quando as novas regras de cálculo do piso da EC 95/2016 passaram a valer. Os efeitos negativos da EC 95/2016 estão presentes no gasto em Saúde por pessoa, que caiu de R\$ 594,00 (em 2017) para R\$ 583,00 (em 2019). O cálculo em porcentagem da receita corrente líquida também caiu de 15,77% para 13,54%, e só estamos no terceiro ano posterior à aprovação deste deletério dispositivo.

É grave a situação que se projeta para 2021 com a volta da regra da EC 95/2016, estabelecida pelo governo no PLDO 2021. Para o próximo ano, o SUS precisa lidar com o contexto de pós-pandemia sem uma vacina estabelecida e aprovada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). E, mesmo diante desta inovação, o SUS precisará ter orçamento para a aquisição deste insumo e atenuar a demanda reprimida de 2020 decorrente do adiamento de cirurgias eletivas e exames de maior complexidade, bem como das consequências da interrupção do tratamento de doenças crônicas que estão sendo noticiadas. Não podemos permitir uma redução ainda maior no orçamento da Saúde. Assim, precisamos:

1. Garantir que o PLDO 2021 conte para o Ministério da Saúde um piso emergencial enquanto um orçamento mínimo no valor de R\$ 168,7 bilhões (correspondente ao montante da Lei Orçamentária Anual [LOA] 2020 adicionados os créditos extraordinários e as variações anuais do IPCA, de 2,13%, e da população idosa, de 3,8%).
2. Evogar a EC 95/2016 para implementar uma outra regra de controle das contas públicas que não fragilize as políticas sociais e traga prejuízos para a população, principalmente para a saúde pública. Sem Saúde não há economia. O SUS garantiu o 2020 e merece mais em 2021!

Assine a petição apontando a câmera do seu celular no QR Code



<https://bit.ly/3lrVxEU>



Frente Pela Vida: Organizações lançam Plano Nacional de Enfrentamento à Covid-19

O documento foi apresentado no dia 03/07 durante evento virtual, com a presença de gestores, ativistas, parlamentares e pesquisadores

O Brasil figura como um dos piores cenários de disseminação do novo coronavírus no mundo devido à ausência de um planejamento de Estado para lidar com a crise sanitária, acentuando as consequências para a população. Para suprir essa lacuna, organizações do campo da saúde e da sociedade civil, que integram a Frente Pela Vida, entre elas o Conselho Nacional de Saúde (CNS), elaboraram o Plano Nacional de Enfrentamento à Covid-19. O documento foi apresentado a parlamentares, gestores, secretários de saúde e a sociedade brasileira, nesta sexta (03/07), em um evento virtual.

O Plano foi elaborado de forma participativa, com o objetivo de compilar colaborações dos diversos campos de conhecimento. Especialistas de diferentes áreas das ciências médicas, das ciências da saúde e das ciências sociais em saúde, além de importantes atores de movimentos sociais, de todas as regiões do país, contribuíram.

“Esse plano contra à Covid-19 está aberto a outras contribuições. É um plano vivo para cobrarmos o que tem que ser feito”, disse o presidente do CNS, Fernando Pigatto, no lançamento. A escuta sistemática e articulada de todas as contribuições, permite a consolidação de dados, informações e recomendações embasadas em conhecimento científico e em saberes técnicos dos diferentes campos

disciplinares e setores de políticas sociais. O documento para consulta e contribuições pode ser acessado no site da Frente Pela Vida.



<https://bit.ly/3f71Rzq>

Respeito à ciência, competência técnica, capacidade gestora e responsabilidade política são os pilares que orientam o Plano. “Essa não é uma mera lista de propostas.

Esse plano é um sistema articulado de estratégias para métodos de controle da epidemia, cuja funcionalidade depende de gestão competente”, afirmou a presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Gulnar Azevedo.

Base na ciência e diálogo social

Para o senador Humberto Costa, o Plano chegou em boa hora para ajudar no enfrentamento que, na prática, estava sendo perdido. “Olho com preocupação os lugares que abriram atividades precocemente. Estamos criando um caldo para uma explosão de casos de Covid-19”, afirmou, referindo-se à negação das medidas distanciamento social.

O plano debate a complexidade da pandemia e faz uma análise aprofundada dos aspectos biomoleculares e clínicos e do Panorama Epidemiológico. Também analisa a Consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS); a Ciência e Tecnologia (C&T) em saúde e produção de inssumos estratégicos, o Fortalecimento do Sistema de Proteção Social, e a atenção às Populações Vulnerabilizadas e Direitos Humanos.

O documento conta com cerca de 60 recomendações às autoridades políticas e sanitárias, aos gestores públicos em saúde e à sociedade em geral. Como por exemplo, a aplicação de estratégias epidemiológicas de controle da pandemia de acordo com parâmetros definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e a experiência de outros países.

“Vivemos hoje uma catástrofe sanitária, econômica, social e política. Criamos um grupo para a ciência dar respostas a questões pontuais, como o retorno às aulas. É uma alegria presenciar o lançamento do plano”, destacou a representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Claudia Linhares Sales.

Populações Vulnerabilizadas

Para as populações mais vulnerabilizadas, a crise sanitária tem um impacto ainda maior e, por isso, o Plano traz essa preocupação para o foco das ações de combate. “A pandemia escancarou a desigualdade que o capitalismo traz. Os hospitais são pontos de chegada. Temos que identificar os casos no território. Era uma doença de elite, mas agora ataca a população vulnerabilizada”, afirmou a deputada federal Jandira Feghali, presente no lançamento.

Nesse sentido, o documento recomenda a priorização de medidas de proteção social para segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade. “Estamos sofrendo a violação de direitos civis fundamentais. É preciso enfrentar o racismo estrutural sistêmico com prevenção e promoção das políticas de equidade”, contextualizou a conselheira nacional de Saúde, Conceição Silva, representante da União de Negros pela Igualdade (Unegro)

Entidades participantes

O documento foi elaborado pelas entidades que compõem a coordenação da Frente Pela Vida, sendo: Conselho Nacional de Saúde (CNS), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e Associação Rede Unida.

Também houve contribuições da Associação Brasileira de Enfermagem (Aben), Sociedade Brasileira de Virologia (SBV), Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT), Rede de Médicas e Médicos Populares (RMMP) e Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia (ABMMD).

Outras manifestações

O lançamento contou com a participação de mais de 40 representantes de entidades, movimentos sociais e parlamentares.

Confira o plano na íntegra:



<https://bit.ly/35CdbQY>

Confira o vídeo na íntegra apontando a câmera do seu celular no QR Code:



<https://bit.ly/32PMR3H>



FRENTE PELA VIDA



14º CONGRESSO INTERNACIONAL REDE UNIDA

CNS realiza ato político durante Congresso Rede Unida

Evento ocorreu durante o 14º Congresso Internacional da Rede Unida com ampla participação social

“Para a privatização? Pressão popular! Para o desmonte do SUS? Financiamento! Para a gripezinha? Responsabilidade coletiva! Para racismo? Vidas negras importam! Para genocídio indígena? Ancestralidade! Para autoritarismo? Liberdade! Para negacionismo? Ciência! Para descaso? Resistência!”

Estas foram as palavras de ordem que deram início ao ato político virtual organizado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), no dia 31/10, contra a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS) e em defesa da democracia e dos direitos do povo brasileiro.

Estudantes, professores, parlamentares, conselheiros de saúde, representantes de indígenas, população negra, quilombola, comunidade universitária entoaram diferentes vozes e expressaram suas ações no evento que encerrou as atividades do CNS no 14º Congresso Internacional da Rede Unida.

O ato ocorreu no momento em que o SUS ganha notoriedade pelo enfrentamento à pandemia da Covid-19 e após a publicação do Decreto nº 10.530/2020, que apontava para a privatização das Unidades Básica de Saúde (UBS), publicado no dia 27/10 e revogado no dia seguinte após forte pressão social.

“Temos uma grande disputa com o poder econômico, precisamos organizar as nossas forças e mobilizar a sociedade nesta luta coletiva para que o SUS possa cumprir o seu princípio constitucional. Dizemos não à capitalização dos grupos econômicos e fundos de investimento e não à supressão de direitos”, disse a conselheira nacional de saúde Francisca Valda, que representa a Associação Brasileira de Enfermagem (Aben) no CNS.

“Estamos vivendo um momento em que nossa união e possibilidade de luta conjunta está sendo colocada à prova, mas mostramos que estamos à altura de todos os desafios. É dessa forma que vamos construir um país novo”, completa

Para o senador Humberto Costa, a respeitabilidade ao sistema público de saúde extrapola, atualmente, os espaços ocupados pelos profissionais de saúde, políticos e gestores. “No enfrentamento à pandemia, a população entendeu a importância do SUS e congressos como esse são muito importantes para convidar a sociedade a defender essa política pública que, sem dúvida, é a mais relevante de todas que foram implementadas a partir de 1988” avalia.

Combate ao racismo e à homofobia, respeito à diversidade e às comunidades tradicionais, à pesquisa e conhecimento científico, defesa da saúde das mulheres, da liberdade de expressão e da luta por uma sociedade livre de manicômios estiveram entre as bandeiras defendidas no ato virtual. Poesia, repente, cordel, música e arte integraram a programação cultural do evento.

O ato político promovido pelo CNS contou com a participação de representantes de centrais sindicais, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro), Movimento Negro Unificado (MNU), União Brasileira de Mulheres (UBM), Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Rede Nacional de Feministas (Renfa), Movimento Nacional das Cidadãs Positivas (MNCP), Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes), entre outros.

“Estamos vivendo um momento em que nossa união e possibilidade de luta conjunta está sendo colocada à prova, mas mostramos que estamos à altura de todos os desafios. É dessa forma que vamos construir um país novo”, completa

o coordenador nacional da Rede Unida, Túlio Franco.

Garantia de financiamento adequado

A revogação da Emenda Constitucional (EC) 95 e a defesa da manutenção do piso emergencial da Saúde para o ano que vem foi destaque entre a maioria das falas do evento político. A petição pública online do CNS para garantir os R\$ 35 bilhões emergenciais para 2021 já conta com mais de 550 mil assinaturas.

“Não podemos baixar a guarda e precisamos continuar em marcha, porque nos agredem diariamente. Vamos pressionar sim o Congresso Nacional para que vote a manutenção do piso emergencial, que ajudou o SUS a salvar vidas na pandemia. Vamos continuar defendendo todas as lutas que foram a vanguarda do Sistema Único de Saúde e vamos defender a democracia todos os dias”, afirma o presidente do CNS, Fernando Pigatto.

Assista na íntegra “Ato em defesa da vida: o SUS merece mais em 2021” no youtube do CNS ou pelo link:



<https://bit.ly/36sPmdA>



Covid-19: Por que a Participação Social deve ser elemento fundante para a tomada de decisão na esfera pública?

Por Fernando Pigatto, presidente do CNS

A participação social é elemento fundante para a tomada de decisões na esfera pública, já que o Sistema Único de Saúde (SUS) é um patrimônio brasileiro, fruto de ampla mobilização popular nacional. Ao longo do período de pandemia de Covid-19, o CNS segue enfrentando os desafios e cumprindo o seu papel, com estratégias e ações, desenvolvidas junto à sociedade e outras instituições que atuam em defesa da Saúde Pública.

Para tratar dos elementos específicos que envolvem o papel do controle social em meio à crise sanitária, primeiro é necessário compreender as perspectivas históricas. A saúde pública no país, nos moldes que se apresenta na atualidade, não surgiu por decisão de gestão, mas por herança e esforço coletivo do movimento sanitário e movimentos sociais de redemocratização, que têm seu ápice nas décadas de 1970 e 1980.

Com a realização da 8ª Confe-

rência Nacional de Saúde, em 1986, e reabertura democrática, após um amplo período de regime militar, que tivemos uma inserção real da diversidade brasileira na deliberação sobre as políticas públicas. Conquistamos uma nova Constituição em 1988, referenciada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945), que resultou no capítulo “Da Saúde”, posteriormente na legislação do SUS e da participação da comunidade na deliberação, monitoramento e fiscalização

do orçamento da área.

A pandemia impôs inúmeras dificuldades para o funcionamento habitual do controle social na saúde, particularmente para a realização das reuniões ordinárias mensais do Pleno, além de reuniões das comissões e câmaras técnicas. Para manter vivo o trabalho do conselho neste momento, de forma virtual, todas as instâncias intensificaram suas atividades.

Neste contexto, foi instalado o Comitê do CNS para Acompanhamento da Covid-19 e realiza-se encontros periódicos com representantes dos Conselhos Estaduais de Saúde (CES) e coordenações das comissões intersetoriais. Com essa metodologia, também foram realizadas Reuniões Extraordinárias do seu Pleno.

Entre 22 notas públicas, 55 recomendações; 4 moções, além de diversas campanhas, orientações, cartas, boletins Cofin e Conep, e 16 encontros abertos, produzidos e realizados até outubro de 2020, o CNS se posicionou em relação aos vários temas relacionados ao enfrentamento da pandemia. Nesse período, junto a entidades acadêmicas e sociais, com apoio de setores do parlamento, o CNS atuou na construção do Plano Nacional de Enfrentamento à Covid-19, documento orientador que surgiu frente à negligência de ações federais consistentes nesse contexto, que contrapôs inclusive as definições da Organização Mundial da Saúde (OMS), da comunidade científica e de outros órgãos de notório saber.

Nesse contexto, lutamos arduamente pela aprovação de atu-

emergencial em 2021 por meio da petição pública “O SUS merece mais em 2021”, onde o CNS reivindica manutenção de R\$ 35 bilhões do orçamento em 2020, diante das demandas represadas devido à emergência sanitária.

Uma gestão pública que não leva em consideração a participação da comunidade na gestão do SUS, além de estar descumprindo a Constituição de 1988 e as legislações posteriores, está também perdendo grandes oportunidades de unir o conhecimento acadêmico, técnico e popular na execução das políticas e intervenções sociais. Unindo esses diferentes espaços, que não são arenas em conflito, mas instituições com atribuições e responsabilidades de encontrar saídas frente aos problemas da população, é possível ter o controle social e a gestão pública como agentes de transformação das nossas realidades.

Ao mesmo tempo, apesar da legislação e da força dos conselhos participativos pelo país, ainda é necessário seguir lutando para que todas as esferas sociais e públicas estejam unidas para o enfrentamento real de uma pandemia que segue matando e adoecendo milhares de pessoas.

No Brasil, apesar do SUS e da democracia que conquistamos, é importante destacar o cenário de ataque à democracia participativa, com a extinção, por parte do governo federal, de mais de 600 órgãos colegiados em 2019. Espaços que tinham atribuições similares a do CNS, em diferentes áreas sociais, mas que estão impedidos de atu-

ar devido à negação ao diálogo por parte do governo atual, que inviabiliza o aprimoramento das políticas públicas.

Os diferentes saberes do controle social aprofundam a necessidade do uso de evidências e a escuta às populações e movimentos sociais, permitindo o melhoramento das ações de governos, tornando-as mais efetivas, eficientes, eficazes, transparentes e democráticas. O CNS está nessa jornada para promover direitos e melhorar as condições de vida das pessoas. Essa é a principal força que nos move rumo a um desenvolvimento social, sustentável, solidário e com direito pleno à saúde para todas e todos.





Foto tirada em 30/01/20

“O CNS é parte do SUS e tem sido muito importante no enfrentamento à pandemia”, diz representante da Opas no Brasil

Em audiência online, representantes do CNS e da Organização Pan-Americana da Saúde trataram de ações conjuntas para combater a Covid-19

Em 19/08, integrantes mesa diretora do Conselho Nacional de Saúde (CNS) estiveram reunidos com a representante da Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil (Opas/OMS), Socorro Gross, e outros membros da instituição. A audiência tratou das ações para o enfrentamento à pandemia da Covid-19 e estratégias desenvolvidas conjuntamente de valorização do controle social e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

O presidente do CNS, Fernando Pigatto, apresentou um resumo das ações do colegiado no combate ao novo coronavírus. Dentre elas, a produção de cerca de 40 recomendações, notas públicas, moções, pareceres técnicos, cartas abertas e campanhas em defesa do SUS, prevenção à Covid-19 e proteção aos trabalhadores e trabalhadoras. Ainda destacou a criação do comitê do CNS de acompanhamento à pandemia e a constituição da Frente pela Vida, formada por várias organizações da sociedade civil, que elaborou o Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia.

Também destacou a Carta Aberta à sociedade brasileira que defende a relevância da Opas para o SUS. “O CNS é signatário da carta aberta que reitera a importância da Opas para a saúde, não só do povo brasileiro, mas de toda a América e se coloca contra qualquer iniciativa que a enfraqueça”, afirmou, diante de especulações sobre o fim de acordos e pactos da organização com o governo brasileiro.

Socorro Gross ressaltou a participação e o controle social como pontos estratégicos para o SUS, citando o papel do Conselho nisso. “O SUS é do Brasil, de todos nós, e serve de exemplo para toda a América. O CNS

é parte do SUS e tem sido muito importante na luta pelo fortalecimento na saúde pública. Sempre estaremos com vocês”, disse Socorro sobre a parceria de cooperação entre as duas entidades.

Fortalecimento do SUS

Os participantes frisaram a luta por um financiamento sustentável para o sistema de saúde como uma das prioridades das ações conjuntas. “Não apenas para o acesso, mas também para as instituições que compõem essa governança do sistema”, destacou Socorro Gross.

A coordenadora interina da unidade de Sistemas e Serviços de Saúde e coordenadora da unidade de Capacidades Humanas para a Saúde da Opas, Mônica Padilla, falou sobre o fortalecimento Institucional do CNS, que é o objeto do Termo de Cooperação entre as duas instituições. “Temos em andamento várias ações, com temas de diferentes dimensões que podem ser integrados”, destacou.

O Oficial Nacional da unidade de

Sistemas e Serviços de Saúde, Fernan-

do Leles, destacou as ações do CNS acompanhadas pela Opas. Dentre elas, o fortalecimento das comissões, a carta-acordo para formação de conselheiros e lideranças, que, por conta da pandemia terão uma readaptação do plano de formação, passando a ser oferecidas também como atividades online.

Petição Pública

Os representantes da mesa diretora também pautaram o apoio da Opas na petição pública do CNS: Você vai deixar o SUS perder mais R\$ 35 bilhões em 2021? A ação tem o objetivo de sensibilizar o Congresso Nacional

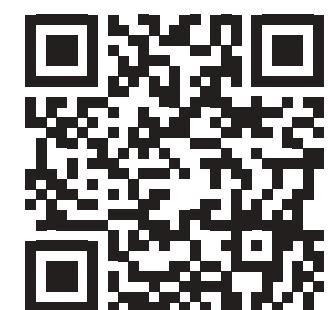
para garantir a continuidade do orçamento emergencial para a saúde em 2021.

Outras participações

Também estiveram presentes na reunião pelo CNS os conselheiros e conselheiras nacionais de Saúde Moysés Toniolo, Neilton Araújo e Vanja Andréa dos Santos; o secretário executivo do Conselho, Marco Aurélio Pereira, além da assessoria técnica do CNS.

Pela Opas, participaram María Almíron, coordenadora da unidade de Vigilância, Preparação e Resposta a Emergências e Desastres; Iasmíne Ventura, consultora nacional da unidade de Sistemas e Serviços de Saúde; Wellington Carvalho, consultor nacional da Unidade de Sistemas e Serviços de Saúde; Rosane Gomes, consultora nacional da Unidade de Sistemas e Serviços de Saúde; Maria Alice Fortunato, e as consultoras nacionais da Unidade de Capacidades Humanas para a Saúde Ana Paula Cavalcante, Mônica Durães e Cristiane Gosch.

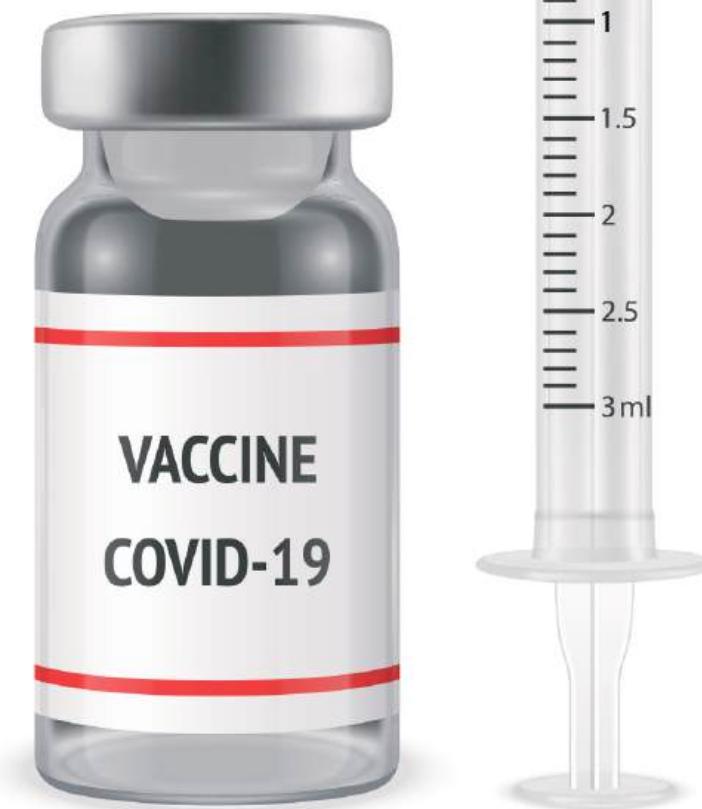
Assine a petição apontando a câmera do seu celular para o QR Code ou pelo link:



<https://bit.ly/3pGEQYQ>

Vacinas comprovadamente eficazes devem ser incorporadas ao Programa de Imunização

CNS aprovou recomendação para a adoção de medidas nacionais que garantam o acesso à imunização contra a Covid-19



O Brasil contabiliza mais de cinco milhões de casos de infecção por Covid-19 e mais de 160 mil mortes. Universidades, empresas farmacêuticas e institutos científicos espalhados pelo mundo estão dedicados a encontrar fórmulas eficientes e seguras contra a doença. Algumas delas já estão em fase de testes no Brasil com resultados que indicam o início da vacinação possivelmente em 2021. Com isso, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou, no dia 3/11, a recomendação nº 67 para a adoção de medidas nacionais que garantam o acesso a vacinação enquanto estratégia de enfrentamento à pandemia.

O documento destaca que vacinas comprovadamente eficazes, disponíveis no mercado, precisam ser adquiridas e incorporadas ao Programa Nacional de Imunização, a fim de que cheguem com máxima celeridade à população. O CNS recomenda que governo federal "cumpra o disposto nos compromissos internacionais assumidos e acordados", evidenciando o compromisso do Brasil com a Saúde mundial e "buscando parcerias adequadas e viáveis, científicas e tecnológicas".

O colegiado também ressalta que a negação da ciência e a definição de políticas com base em crenças ideológicas não fundamentadas, como a que aparentemente levou à suspensão do acordo para aquisição federal da vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan, em 21 de outubro de 2020, pode se constituir, ao ser perpetrada por autoridade pública, infração contra saúde pública.

Aos poderes Legislativo e Judiciário, a recomendação pede que sejam tomadas as providências cabíveis para proteger a população

brasileira de decisões baseadas em crenças ideológicas como, por exemplo, a possível não incorporação de vacina registrada na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no Sistema Único de Saúde (SUS).

Campanha efetiva de vacinação para a Covid-19

A elevada demanda por vacinação pela população brasileira exige que o Ministério da Saúde (MS) trabalhe com uma diversidade de vacinas que possam atender a complexidade logística do território nacional, as condições para transporte e armazenamento de vacinas e as especificidades dos usuários. O CNS recomenda que o MS garanta a cobertura vacinal, divulgando, incentivando e mobilizando a população para a vacinação contra a Covid-19, quando houver vacina registrada na Anvisa e incorporada no SUS.

Sobre isso, o CNS encaminhou no mês de setembro a recomendação nº 59 à Presidência da República pela retirada imediata de todos os materiais de comunicação que façam alusão à não obrigatoriedade de vacinação contra a Covid-19. A medida ocorreu após declaração do presidente da república de que "ninguém é obrigado a tomar vacina".

O CNS considera que o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus tem sido mais efetivo em países com referência política à soberania e ao desenvolvimento nacional, que atenderam às orientações da Organização Mundial da

Saúde (OMS). Também destaca que a importação de medicamentos, equipamentos, tecnologias, insu- mos e dispositivos médicos, pode sofrer restrições em função de monopólios legais, tais como as patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

Por isso, a recomendação nº 67 também pede ao Ministério da Saúde que garanta a aplicação do disposto na legislação brasileira de Propriedade Industrial, e outros dispositivos legais ou acordados, no que se aplica o abuso do poder econômico e a possibilidade de efetivação de licença compulsória para a produção de vacinas e outros itens necessários para atender a população brasileira.

Ao Congresso Nacional, recomenda a aprovação do Projeto de Lei nº 1.462/2020, que propõe alterar o artigo 71 da Lei nº 9.279/1996 (Lei Brasileira de Patentes), flexibilizando as regras para o licenciamento compulsório de tecnologias em saúde, inclusive vacinas.

Leia a recomendação do CNS na íntegra:



<https://bit.ly/3eKBdfd>

Conselhos Estaduais se unem ao CNS para cobrar manutenção dos R\$ 35 bilhões emergenciais no SUS em 2021

A Carta da Saúde Pública aos Candidatos às Eleições 2020 e o cenário de pandemia também foram tema de debate em encontro do CNS com os Conselhos Estaduais de Saúde em 16/10

No dia 16/10, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) se reuniu virtualmente com as 27 representações dos Conselhos Estaduais de Saúde (CES) e do Distrito Federal. O objetivo foi alinhar a pressão no parlamento para manutenção dos R\$ 35 bilhões do piso emergencial da pandemia de Covid-19 em 2021. O momento também foi estratégico para socializar com os estados a Carta da Saúde Pública à População e aos Candida-

tos e Candidatas às Eleições Municipais no Brasil. A ideia é estimular que as bases do controle social só dediquem seu voto aos que tiverem comprometimento real com as pautas da Saúde Pública, além de fortalecer a Rede Conselhos.

Em abril e maio deste ano, o CNS realizou cinco reuniões regionais para orientar acerca das ações do controle social diante da pandemia. A iniciativa de unir todas as unidades da federação visa o fortalecimento da Rede Conselhos, que

também contempla conselhos municipais. De acordo com Fernando Pigatto, presidente do CNS, foram muitas iniciativas do CNS nesse período. "Este ano, já realizamos 17 lives temáticas, 52 recomendações, 6 resoluções, 3 moções. A cada três dias, tivemos um posicionamento do CNS sobre as situações da crise sanitária no Brasil", explicou, evidenciando o diálogo intermitente com instituições do Legislativo,



Executivo e Judiciário, além dos movimentos sociais, universidades e conselhos participativos.

Ana Carolina Dantas, secretária executiva do CNS, mencionou o fortalecimento da Rede Conselhos como elemento fundamental neste cenário. "O SUS precisa sair desse processo fortalecido, com conselhos integrados. Esse é um dos nossos maiores desafios nessa conjuntura". Pigatto também lembrou que, até 10 de outubro, foram 736 protocolos relacionados à Covid-19 aprovados pela Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (Conep), do CNS, espaço fundamental neste momento, além da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Covid-19, criado conjuntamente à Frente Pela Vida. "Nós estamos salvando vidas com nossas ações. Em memória de todas as vidas que perdemos, temos que continuar lutando", concluiu.

Rede Conselhos fortalece Petição do CNS

André Luiz de Oliveira, conselheiro nacional representante da Mesa Diretora e coordenador da Comissão Nacional de Orçamento e Financiamento (Cofin), do CNS, lembrou que "em setembro lançamos a petição 'O SUS merece mais em 2021'. Entregamos a nossa petição no Congresso Nacional. Já são 167 mil adesões. Precisamos mobilizar ainda mais a população e sensibilizar nossos parlamentares".

Segundo ele, é necessária a manutenção total do valor de R\$ 168,7 bilhões para 2021, que soma o orçamento base de 2020 mais o orçamento emergencial da pandemia. São os deputados e senadores que votarão em breve no projeto de lei da União, que trata do orçamento federal no próximo ano. O PL não

prevê inclusão do piso emergencial, o que é prejudicial para o SUS e para a população, segundo o CNS.

Controle social e Eleições 2020

Sobre a Carta, Moysés Toniolo, conselheiro nacional representante da Mesa Diretora, explicou que a ideia é que os CES cobrem dos candidatos posicionamento contrário à EC 95/2016. "Como conselho nacional, esperamos que todos estejam resistindo a esse momento que estamos enfrentando. Esta carta é um diferencial, pois as eleições precisam discutir o cenário de pandemia. Nossa carta traz a Consolidação do SUS como eixo central das Eleições 2020", disse.

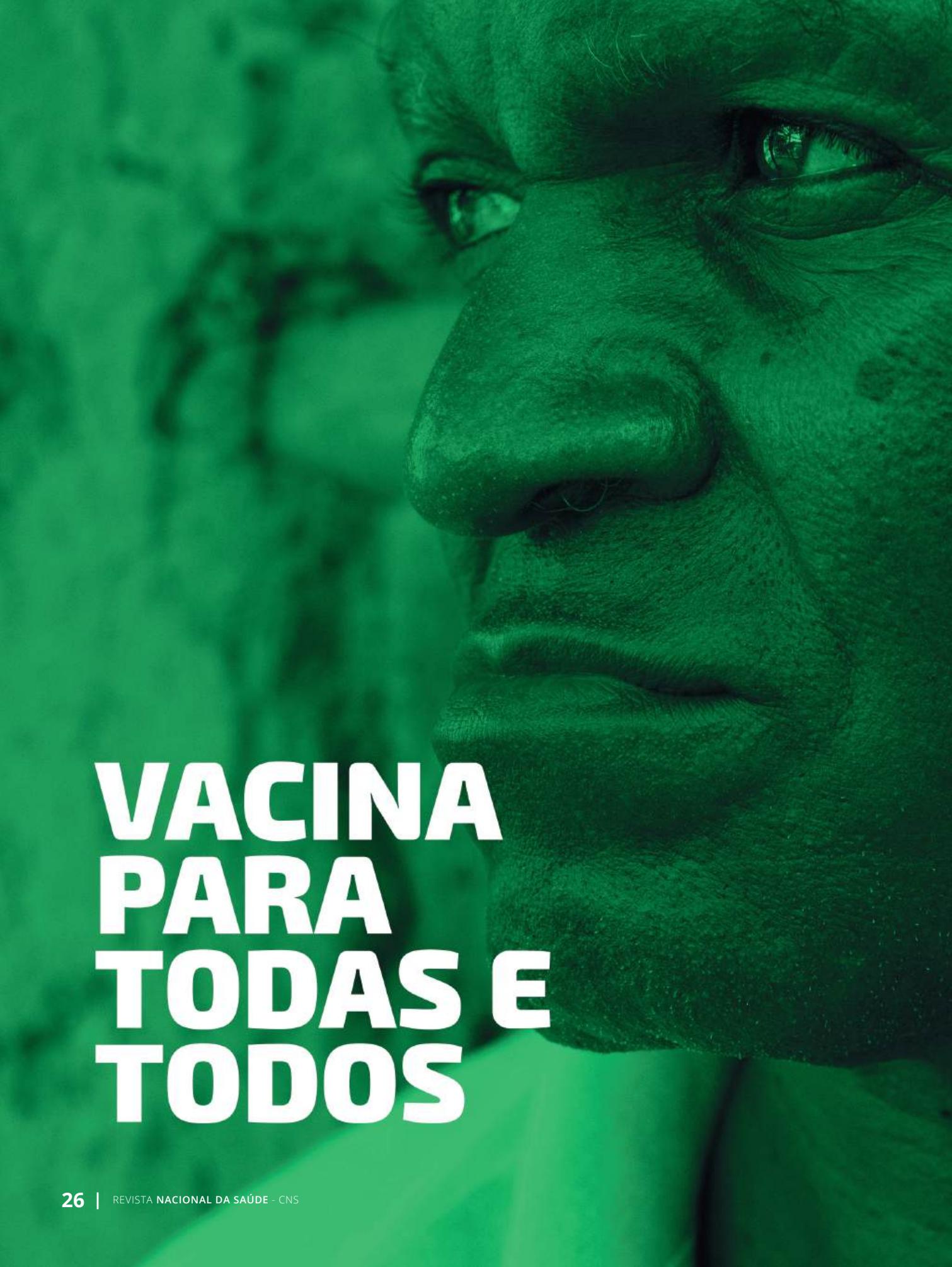
Elaine Pelaez, conselheira nacional representante da Mesa Diretora, afirmou que a pandemia pesa mais para população vulnerabilizada. "O orçamento fragilizado e a área da saúde do trabalhador estão entre as áreas mais atacadas. Há uma crise perversa, a ONU anunciou recentemente que dobraram o número de pessoas em situação de insegurança alimentar. A luta contra essa situação só pode se concretizar se estivermos aliados aos Conselhos Estaduais, somando as nossas estratégias de luta", afirmou.

Neilon Araújo, também representante da Mesa Diretora, disse que esse é um momento para os CES e o CNS se prepararem melhor diante da crise sanitária. "O Brasil está numa fase de decréscimo [de casos de Covid-19], mas não estamos livre da ameaça. Todos nós estamos sob o mesmo risco. Perdemos muitas vidas que poderíamos ter evitado se tivéssemos uma articulação por parte do governo. Tivemos negacionismo, divulgando até mesmo medicamentos sem efeitos", lamentou.

Os relatos de todos os CES foram centrados em atividades intensas durante o período atual de crise sanitária, sob orientação dos documentos norteadores emitidos pelo CNS. Os presidentes dos Conselhos e secretarias executivas cobraram ações dos governos estaduais, Secretarias de Saúde, além de terem posicionado em diferentes momentos, mobilizando a sociedade e os Conselhos Municipais diante da pandemia em contexto local e regional.

Ao final da reunião, foi aprovada uma moção de apoio a alguns Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde que estão sendo atacados em suas prerrogativas constitucionais. A moção reafirma a importância fundamental do controle social no fortalecimento do SUS. O CNS deve seguir em diálogo com as instâncias estaduais para fortalecer a luta em defesa da Saúde Pública e da população.





VACINA PARA TODAS E TODOS

Instituições pressionam Congresso pela aprovação de PL que visa suspender patentes em contexto de pandemia

Contra monopólios, CNS apoia campanha pela ampliação nacional da capacidade produtiva de medicamentos, tecnologias e vacinas em meio à pandemia de Covid-19

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) está apoiando a campanha “Vacina Para Todos”, que pressiona que deputados e senadores aprovem o PL 1462, que tramita no Congresso Nacional. O projeto de lei quer suspender o efeito de patentes para toda tecnologia, insumos e tratamentos contra a Covid-19 e eventuais novas pandemias. Qualquer pessoa pode apoiar e pressionar parlamentares por meio de assinatura digital.

Laboratórios particulares do mundo inteiro iniciaram uma corrida para desenvolverem a primeira vacina contra ao coronavírus, porém a maior motivação para desenvolverem uma vacina que seja eficaz tem sido o lucro e faturamento dessas empresas. O PL 1462/2020 é o utilizado o dispositivo legal da Licença Compulsória, já usado por outros países, permitindo que o Brasil tenha acesso rápido às respostas efetivas contra a pandemia,

protegido de preços exorbitantes e descabidos das grandes corporações, em especial da indústria farmacêutica.

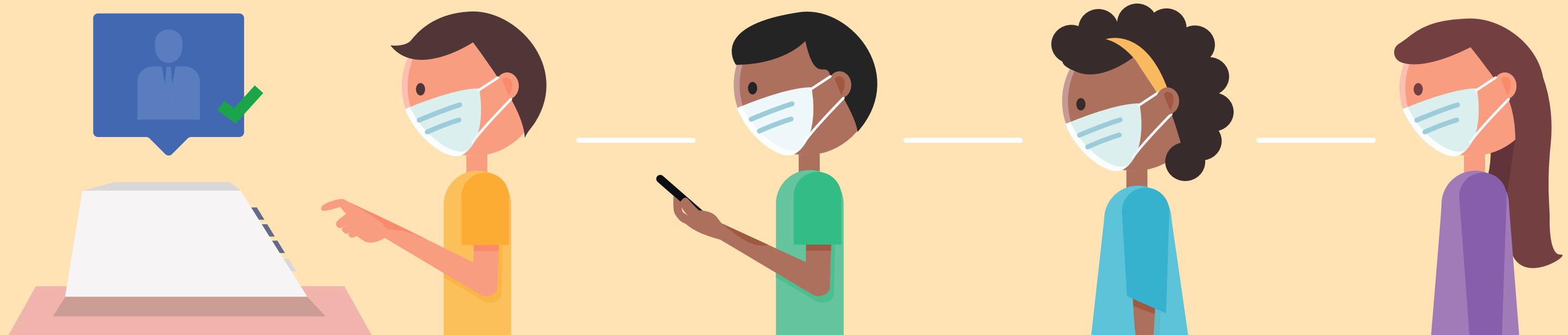
O documento do CNS considera também os artigos 3º e 6º, da Declaração Mundial de Educação, que defendem a “universalização do acesso à educação e promoção da equidade” e que “a escola deve proporcionar um ambiente adequado para a aprendizagem e não o aluno que deve se adequar a ela”, além de uma série de outros marcos legais.

O tema já entrou em discussão no CNS, que já recomendou a parlamentares a aprovação do projeto. A recomendação de nº 27 de 22 de abril de 2020, elaborada pela Comissão Intersetorial de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica (Cictaf) do CNS, é destinada também ao Poder Legislativo, para que aprove com urgência o Projeto de Lei (PL) nº 1462/2020.

Conheça a campanha:



<https://bit.ly/32SSWwe>



CNS lança Carta da Saúde Pública para as eleições Municipais de 2020

O documento aborda um conjunto de propostas e orientações aos elegíveis. Bem como subsídios para que a população só dedique seu voto aos que tiverem comprometimento real com o SUS

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), expressão da Democracia Participativa, é parte estruturante do Sistema Único de Saúde (SUS) e apresentou, no dia 25/09, a Carta da Saúde Pública à População e aos Candidatos e

Candidatas às Eleições Municipais no Brasil. Dessa forma, o controle social reafirma seu compromisso com os princípios da Constituição de 1988, que determina: "A saúde é um direito de todos e dever do Estado". Nesse sentido, a carta

propositiva pede compromisso dos candidatos e candidatas às eleições deste ano.

A carta traz a consolidação do SUS como eixo central das eleições municipais de 2020, abordando um conjunto de propostas e orientações aos elegíveis, bem como subsídios para que a população só dedique seu voto aos que tiverem comprometimento real com as pautas que seguem adiante:

- Promover saúde defendendo financiamento adequado e suficiente;
- Promover a saúde das(os) trabalhadoras(es) do SUS;
- Promover as redes de saúde, a ação interfederativa e a gestão pública;
- Promover a equidade e intersetorialidade;
- Promover a participação e o controle social;
- Promover a Saúde das Mulheres;
- Promover e consolidar o SUS. Salvar Vidas.

O objetivo é que conselhos municipais e estaduais, além de diferentes entidades que atuam em defesa do SUS, possam utilizar este instrumento como subsídio para realização de debates com os elegíveis, cobrando que assumam compromisso com as pautas da Saúde Pública. A carta conclama as(os) candidatas(os) a inserirem, em seus Programas de Governo, posicionamento contrário à EC 95/2016 – que congelou recursos do SUS até 2036, bem como a luta pela aprovação do Piso Emergencial da Covid-19, no valor de R\$ 35 bilhões, no Orçamento Federal da Saúde em 2021.

Fernando Pigatto, presidente do CNS, explica que "a execução das políticas do SUS ocorre nos territórios. As gestões municipais, lideradas por prefeitos e prefeitas, além das Câmaras de Vereadores pelo Brasil, precisam estar alinhadas com a realidade do país e as deliberações do controle social". Segundo ele, "esta carta é um alerta propositivo, fundamental para situar a população, candidatas e candidatos, do que vem ocorrendo na saúde pública brasileira e sobre

os desafios do próximo período". Leia a carta na íntegra apontando a câmera do seu celular para o QR Code:



<https://bit.ly/2KinTnp>



Ocupação Preta: Violência é questão de Saúde Pública

Primeira live da Ocupação Preta no CNS reivindica que juventude negra e periférica tenha real direito ao território e às políticas públicas sem ser violada pelo Estado

A violência racial no Brasil segue estigmatizando e matando jovens pretos e pardos no país. Infelizmente, o Estado, por meio das forças policiais e negligência de políticas específicas, segue sendo um dos principais responsáveis pelos danos causados a essas populações. Para debater o tema na perspectiva da Saúde Pública, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizou, em 5/11, a live “Saúde e Direito ao Território: Juventude negra e direito à cidade”, que faz parte da “Ocupação Preta”, iniciativa do CNS que segue até dia 3 de dezembro em alusão ao “Novembro Negro”.

No Brasil, os casos de homicídio de pessoas negras (pretas e pardas) aumentaram 11,5% em uma década, de acordo com o Atlas da Violência 2020, publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Ao mesmo tempo, entre 2008 e 2018, período

avaliado, a taxa entre não negros (brancos, amarelos e indígenas) fez o caminho inverso, apresentando queda de 12,9%.

Para Jupiara Castro, coordenadora-adjunta da Comissão Intersetorial de Saúde Mental (Cism), o Brasil precisa da juventude negra para conquistar a igualdade de direitos no país, ainda mais em contexto de violações vindas do próprio governo. “Precisamos seguir combatendo as medidas que atingem a população negra. Negros estão sendo alvo. São medidas que destroem o Estado de direito e a população negra, que está sendo alijada da Saúde nos territórios. É um projeto de governo que quer exterminar a população negra brasileira, mas somos protagonistas da nossa história”, disse.

Lucas Juvino, mobilizador de juventude do Crato (CE) no Projeto Nova Vida, lembrou do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013)

como uma das principais conquistas dos jovens no Brasil. Porém, a legislação não garante a execução das políticas. “Nossa juventude está aproveitando a vida na cidade? Os espaços são negados a nós ainda mais quando estamos na zona rural. A pandemia agravou a mortalidade de negros e negras no nosso país”. Segundo ele, “a juventude tenta se engajar nos espaços políticos mas ao mesmo tempo segue sendo interrompida. A juventude precisa fazer parte dos conselhos, tomando espaços de decisão”, concluiu.

Vanessa Dias, da Rede Articula Juventude (Reaju), relembrou a fala de um jovem quando realizava um de seus projetos. “Se a gente sai na esquina, a gente é enquadrado pela polícia”. Segundo ela, “a diáspora foi cruel com a nossa história no nosso país. Muitos jovens negros se suicidam por falta de espaço na sociedade”, problematizou.

População LGBTI+ e corpos dissidentes

Mais participações

Assista a live na íntegra no canal do CNS no youtube ou pelo link:

Quando a população negra também faz parte da comunidade de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos (LGBTI+), as violências são ainda maiores. Jarda Araújo, do Coletivo de Juventude Negra Cara Preta, travesti, jovem e negra, moradora de Recife (PE), questiona: "Para quem a cidade é construída? Quem são os sujeitos que conseguem transitar nela? Por que alguns grupos passam por constrangimento e violência se a cidade é feita para todos?".

Segundo ela, no Brasil existe um projeto de "aniquilamento das juventudes negras", ainda mais em contexto onde "o direito à cida-de está ligado à materialização da transfobia no país". A pesquisadora explica que a transfobia segue matando e também adoecendo a saúde mental de LGBTI+. "São violências contínuas, dobraram o número de assassinato de trans e travestis sempre com requintes de crueldade em relação ao ano passado", disse, a partir de dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que indica 38 assassinatos por transfobia até maio de 2020.

O presidente do CNS, Fernando Pigatto, abriu a Ocupação Preta dizendo que "são as mulheres negras que mostram os caminhos de enfrentamento à conjuntura atual". Marisa Helena Alves, coordenadora da Cism disse que "a juventude negra é a esperança de continuidade de transmissão de cultura, valores e ancestralidade". Bruna dos Anjos afirmou que a "juventude negra segue em espaços marginalizados no Brasil".

Para ela, "pensar em questões urbanas e acesso à saúde é um desafio diante da realidade". O advogado e pesquisador Fredson Carneiro, consultor técnico da Comissão Intersetorial de Promoção de Políticas de Equipe (Cippe), comissão organizadora da iniciativa, também participou do encontro como mediador do debate.



<https://bit.ly/2lqpTJv>

Veja a programação completa da Ocupação Preta no CNS:

19/11 (QUINTA) - 16h

Roda de Conversa: Povos Originários, Povos Tradições e Meio Ambiente (Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi); Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK))

26/11 (QUINTA) - 16h

Roda de Conversa: Saúde e Participação; Racismo, Desigualdades Sociais e as Repercussões (Emiliano de Camargo David - Abrasco; Altamira Simões - coordenadora da Cippe)

3/12 (QUINTA) - 16h

Roda de Conversa: Racismo, Desigualdades Sociais e as Repercussões (Emiliano de Camargo David - Abrasco; Altamira Simões - coordenadora da Cippe)



“Temos a posição de preservar ao máximo os recursos [emergenciais para o SUS] em 2021”, diz Pazuello em reunião com o CNS

A afirmação do ministro interino da Saúde Eduardo Pazuello ocorreu durante reunião realizada com a Mesa Diretora do CNS no dia 9 de julho, em Brasília.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) se reuniu pela primeira vez com o ministro interino da Saúde Eduardo Pazuello (9 de julho), na sede do Ministério da Saúde (MS). Durante o encontro, que aconteceu sob demanda do CNS, Pazuello se mostrou aberto ao diálogo com o controle social na Saúde, além de demonstrar apoio à petição do Conselho para que não haja redução de orçamento para o Sistema Único de Saúde (SUS) em 2021, como prevê o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), que tramita no Congresso Nacional.

Fernando Pigatto, presidente do CNS, apresentou a importância da participação social para a democracia brasileira, como prevê a Constituição de 1988, destacando a importante contribuição das conferências de saúde. Ele frisou a luta

constante por mais orçamento ao SUS. “Estamos lidando com as vidas das pessoas. Precisamos que o orçamento emergencial da pandemia seja mantido no próximo ano. Estamos aqui para reafirmar que precisamos fortalecer o SUS e o orçamento do Ministério da Saúde”, disse, em referência a aos R\$ 35 bilhões que o SUS pode perder em 2021, caso o PLDO seja aprovado.

Pazuello concordou. “Temos a posição de preservar ao máximo o recursos [emergenciais para o SUS] em 2021. Sabemos que a pandemia terá impacto nos próximos anos”. De acordo com a Comissão de Orçamento e Financiamento (Cofin) do CNS, a perda prevista para 2021 deve interferir de forma drástica em inúmeras ações do SUS, visto que haverá demanda reprimida diante da pandemia, além da ausência de recursos para manutenção do lega-

Mudança de protocolos para Covid-19

Durante o encontro, o ministro interino explicou a mudança de protocolo diante da Covid-19. Há três meses, a orientação era que pessoas com suspeitas de Covid-19 só fossem às unidades de saúde e procurassem o médico se houvesse dificuldade de respirar. Segundo ele, isso causou muitas mortes. “Isso foi um grande tiro no pé. A subnotificação foi absurda”, explicou.

Pazuello destacou que os óbitos por Covid-19 vêm reduzindo no país. No dia 8/09 foram 504 mortes, conforme indica o site do MS. O Brasil chegou a uma média diária de mais de mil mortos há cerca de dois meses. Os gráficos também mostram tendência de queda na curva de casos e óbitos por Covid em todas as regiões brasileiras. Além de Pigatto, participaram da reunião os representantes da Mesa Diretora do CNS Vanja dos Santos, Moysés Toniolo, Neilton Araújo, Priscilla Viégas, André Luiz de Oliveira, Jurandi Frutuoso; o secretário executivo substituto do CNS Marco Aurélio Pereira; o secretário executivo do MS Élcio Franco e a médica infectologista Laura Appi, que tem contribuído com a gestão de Pazuello na tomada de decisões. A reunião ocorreu obedecendo todos os protocolos de distanciamento social.

No país. No dia 8/09 foram 504 mortes, conforme indica o site do MS. O Brasil chegou a uma média diária de mais de mil mortos há cerca de dois meses. Os gráficos também mostram tendência de queda na curva de casos e óbitos por Covid em todas as regiões brasileiras.

do adquirido.

A perda pode resultar inclusive em milhares de respiradores e leitos de UTI inutilizados em depósitos. Para o próximo ano, o CNS propõe o piso emergencial enquanto um orçamento mínimo no valor de R\$ 168,7 bilhões (correspondente ao montante da Lei Orçamentária Anual [LOA] 2020 adicionados os créditos extraordinários e as variações anuais do IPCA).

“A construção [das políticas] precisa ser transversal. Temos que construir juntos. A gente não está aqui para trocar papel. Temos que sentar e discutir”, completou o ministro interino. Na ocasião, ele aceitou o convite para participar da próxima reunião extraordinária virtual do CNS, que ocorrerá em 9 de outubro.

Assine a petição do CNS apontando a câmera do seu celular para o QR Code:



<https://bit.ly/2ICjVpj>



65^a Reunião Extraordinária online do CNS promove acessibilidade

A presença dos intérpretes de Libras atende à demanda da Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (Ciaspd), do CNS

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizou sua 65^a Reunião Extraordinária no dia 23 de outubro, em formato virtual. Esta foi a primeira vez que o CNS realizou um encontro online com interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), que teve como objetivo promover acessibilidade diante das pautas do controle social na Saúde. A presença dos intérpretes também atendeu à demanda da Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (Ciaspd), do CNS.

Na ocasião, o Ministério da Saúde fez a contextualização sobre o Plano Nacional de Saúde 2020-2023. A expectativa de conselheiros e conselheiras é que as deliberações presentes no relatório final da 16^a Conferência Nacional de Saúde (8^a+8), realizada em 2019, sejam acatadas. A transmissão ocorreu pelos canais do CNS e foi aberta ao público.

O Plano Nacional de Saúde 2020-

2023 é o instrumento central de planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele orienta a implementação de todas as iniciativas de gestão, explicitando os compromissos setoriais de governo, além de refletir, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e a capacidade de oferta pública de ações, serviços e produtos para o seu atendimento. O ministro da Saúde Eduardo Pazuello também foi um dos convidados para o encontro com o controle social na saúde.

O relatório final da 16^a Conferência é composto por 31 diretrizes e 329 propostas oriundas de todos os estados brasileiros. A definição deste documento norteador ocorreu em agosto de 2019, após centenas de conferências municipais, estaduais, distrital e livres em todo o território nacional. A 65^a Reunião Extraordinária do CNS também vai debater o Relatório de Prestação de Contas

do 1º Quadrimestre do Ministério da Saúde.

Na ocasião, foram analisadas as demandas da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (Cirhrt), do CNS, além da apreciação de outros instrumentos normativos do controle social na Saúde.

Veja a matéria no site:



<https://bit.ly/2UASILi>



Curso de Formação para Conselheiros de Saúde em Inovação e Acesso a Medicamentos

As inscrições para o curso, que tem apoio do Conselho Nacional de Saúde (CNS), esgotaram-se antes do previsto.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) abre inscrições para o curso de Formação para Conselheiros de Saúde em Inovação e Acesso a Medicamentos. As inscrições, gratuitas, podiam ser feitas até o dia 27 de novembro, porém esgotaram-se antes do previsto. As atividades da formação, que têm apoio do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Centro de Educação e Assessoramento Popular (Ceap), ocorrerão virtualmente e começam dia 9 de dezembro.

O curso tem como objetivo geral sensibilizar conselheiros e conselheiras de saúde sobre a importância do tema Inovação e acesso a medicamentos, a partir do contexto da covid19, nos espaços institucionais do controle social, nos 26 estados

e no Distrito Federal.

Os critérios para composição da turma, para além da ordem de inscrição, são: de três a cinco representantes por estado; 50% representantes de usuários, 25% de trabalhadores e 25% gestores e prestadores de serviço; 50% dos participantes devem ser mulheres; e 50% dos participantes devem ser negros (pretos e pardos). As inscrições são livres, ou seja, não é necessário que os conselhos indiquem participantes para o curso.

Após o período de inscrição, será confirmada a participação do inscrito ou inscrita. Assim, será selecionada uma lista de espera com mais cinco nomes. Caso haja desistência, escolhe-se alguém da lista, também levando em conta os critérios de paridade.

seminários, quatro oficinas e dois períodos de atividades remotas, momento em que os (as) cursistas podem fazer leituras e acessar materiais que permitam a continuação autônoma do que foi debatido anteriormente nos encontros, além de interagir com os colegas e trocar experiências.

A certificação do curso é feita por meio de lista de presença gerada automaticamente pela plataforma Zoom. Por isso, é de extrema importância que cada um e cada uma informe o nome completo e o estado que representa. A partir desse relatório, todos e todas que obtiverem 75% de participação em todo o curso vão receber um certificado digital, em formato PDF. Em caso de dúvidas ou para outras informações

sobre a Formação para Conselheiros de Saúde, envie um e-mail para: formacao@inesc.org.br.

Sobre o Inesc

Organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com sede em Brasília. Há 41 anos, o Instituto de Estudos Socioeconômicos atua politicamente junto a organizações parceiras da sociedade civil e movimentos sociais para ter voz nos espaços nacionais e internacionais de discussão de políticas públicas e direitos humanos, sempre de olho no orçamento público.

Curso e certificação

O curso é formado por três eixos temáticos cumulativos, cada um desenvolvido em um mês diferente. As atividades começam no dia 9 de dezembro e vão até o dia 24 de fevereiro de 2021. O Eixo I chama-se "O acesso a medicamentos como parte fundamental de garantia do direito à saúde e as atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e produção de medicamentos no SUS" e é seguido pelo Eixo II, intitulado "Processo de inovação tecnológica e produção de medicamentos e seus impactos no acesso".

O Eixo III, "O papel do controle social na inovação e acesso a medicamentos antes, durante e depois da pandemia", encerra a programação. A Formação para Conselheiros de Saúde é composta por três

Inscra-se apontando a câmera do seu celular para o QR Code ou pelo link:



<https://bit.ly/34Y8TTC>



CNS e Fiocruz se reúnem para definir estratégias de enfrentamento ao Novo Coronavírus

A Fiocruz iniciou a produção de kits para diagnóstico laboratorial do Covid-19, destinados a atender a rede de laboratórios públicos de todo o país

O Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Fernando Pigatto reuniu-se no dia 2/03 com a presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Nísia Trindade para promover ações conjuntas e definir estratégias de

enfrentamento ao Novo Coronavírus (Covid-19). O encontro foi realizado na sede da Fiocruz, no Rio de Janeiro, onde também está localizado o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos).

A Fiocruz iniciou a produção de kits para diagnóstico laboratorial do Covid-19, destinados a atender a rede de laboratórios públicos de todo o país. A Fundação atuará no processo de descentralização e expansão da capacidade laborato-

rial para realização dos testes moleculares, o que inclui não apenas o desenvolvimento e a produção, mas também a capacitação de laboratórios públicos presentes em diversos estados (Lacens) para a sua realização.

Para a presidente da Fiocruz, o momento exige cautela e a transparência nas informações, assim como o fortalecimento da capacidade científica e da atenção em saúde, serão determinantes para que a sociedade brasileira enfrente o problema. "Para tanto, o Conselho Nacional de Saúde e os conselhos estaduais e locais cumprem um importante papel", enfatiza Nísia.

Pigatto destaca a importância da Fiocruz e destas ações conjuntas, e informa que o CNS realizará diferentes atividades junto aos conselhos estaduais e municipais de saúde com foco principal ao enfrentamento da pandemia. "O momento exige uma ação imediata para a defesa do Sistema Único de Saúde e pelo fortalecimento da Atenção Básica", afirma Pigatto.

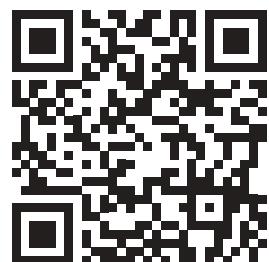
"Também vamos elaborar um projeto para a formação de conselheiros e conselheiras em todo o Brasil, sobre o enfrentamento ao Novo Coronavírus. A ideia é que a capacitação seja virtual e realizada o mais rápido possível", afirma.

Também participaram da reunião o chefe de gabinete da presidência da Fiocruz, Valcler Rangel e o secretário-executivo do CNS, Marco Aurélio Pereira.

Mais investimentos para o SUS

Entre as ações realizadas pelo CNS está a campanha pela revogação imediata da Emenda Constitucional (EC) 95, que em 2016 congelou os investimentos em saúde por vinte anos e prejudicou o combate ao Novo Coronavírus. Até agora, de acordo com estudo da Comissão de Orçamento e Financiamento (Cofin) do CNS, o prejuízo ao SUS já chega a R\$ 20 bilhões.

Assine o abaixo assinado pela revogação da EC 95 no site conselho.saude.gov.br



<https://bit.ly/36PfwHo>

**ASSINE A
PETIÇÃO PÚBLICA:
O SUS MERECE
MAIS EM 2021!**

**PELA MANUTENÇÃO DOS
R\$ 35 BILHÕES DO SUS**



<https://bit.ly/3njHU4j>



Conselho Nacional
de Saúde